

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**

**CAMPUS ARAPIRACA**

**UNIDADE EDUCACIONAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATU SENSO* EM DIREITOS SOCIAIS E GESTÃO DOS  
SERVIÇOS SOCIAIS**

**ANA RITA DANTAS DA SILVA**

**A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA  
CONTEXTUALIDADE LATINO-AMERICANA:**

**A PARTICULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Palmeira dos Índios

2014

ANA RITA DANTAS DA SILVA

**A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA  
CONTEXTUALIDADE LATINO-AMERICANA:  
A PARTICULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Artigo apresentado à Universidade Federal de Alagoas, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – *Campus* Arapiraca, como requisito à conclusão do Curso de Pós Graduação *Latu Senso* em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais.

Orientador (a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Adriana da Silva Torres.

Palmeira dos Índios

2014

## **Catálogo na fonte**

**Universidade Federal de Alagoas**

**Biblioteca Unidade Palmeira dos Índios  
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecária Responsável: Kassandra Kallyna Nunes de Souza (CRB-4: 1844)

S586f Silva, Ana Rita Dantas da.

A funcionalidade dos programas de transferência de renda na contextualidade latino-americana: a particularidade do programa bolsa família/ Ana Rita Dantas da Silva, 2014.  
24 f.

Orientadora: Maria Adriana da Silva Torres.  
Monografia (Especialização em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 22 – 24

1. Serviço social. 2. Programa Bolsa Família. 3. Política social – Brasil. I. Título.

CDU: 304.4

ANA RITA DANTAS DA SILVA

**A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA  
CONTEXTUALIDADE LATINO-AMERICANA:**

**A PARTICULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**



---

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Adriana da Silva Torres

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Mailiz Garibotti Lusa



---

Prof. Ms. Japson Gonçalves



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Silvana Márcia Medeiros de Andrade

Data da Aprovação: 10/04/2014

## **A FUNCIONALIDADE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA CONTEXTUALIDADE LATINO-AMERICANA: A PARTICULARIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Ana Rita Dantas da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tece uma reflexão acerca dos Programas de Transferência de Renda (PTR) vigentes no contexto latino-americano que, por sua vez, vem se constituindo ao longo dos anos 80/90 como principais estratégias utilizadas pelo governo no sentido de enfrentamento da pobreza e da miséria, mas, sobretudo, com vistas ao enfrentamento da crise econômica, vivenciada por diferentes países a partir da década de 70. Porém, para melhor compreendermos a pobreza vivenciada pelo continente latino-americano, faremos uma análise inicial da pobreza, destacando a exploração e dominação vivenciada desde o seu descobrimento (1492), contribuindo pela sua repercussão até mesmo na sociedade contemporânea. Mostraremos que os raios de ação dos PTR se estendem ainda para alguns países europeus e até mesmo de primeiro mundo. No Brasil, destaca-se o Programa Bolsa Família, institucionalizado em 2003 no governo Lula. Como veremos, este programa, apesar de contribuir pela melhoria da qualidade de vida da população, não consegue erradicar a pobreza, nem a desigualdade social, tendo em vista que o sistema capitalista de produção tem uma natureza de classe. Ademais, constitui-se como um programa assistencial, paliativo e eleitoreiro. Logo, sua principal estratégia é contribuir pelo enfrentamento da crise econômica, bem como proporcionar estabilidade na economia.

**PALAVRAS CHAVE:** Transferência de Renda. América Latina. Programa Bolsa Família.

**ABSTRACT:** This paper reflects on the Income Transfer Programs (PTR) in force in the Latin American context which, in turn, has been constituted over the years 80/90 as the main strategies used by the government to combat poverty and misery, but especially with a view to tackling the economic crisis experienced by different countries from the 70's. However, to better understand poverty experienced by Latin American continent, we will do an initial analysis of poverty, stressing the exploitation and domination experienced since its discovery (1492), by contributing its impact even in contemporary society. Show that the rays of PTR action also extends to some European countries and even the first world. In Brazil, there is the Bolsa Família Program, institutionalized in 2003 under Lula. As we shall see, this program, despite contributing to improve the quality of life, can not eradicate poverty or social inequality, given that the capitalist system of production has a class nature. Moreover, it constitutes as a welfare program, palliative and electioneering. Therefore, their main coping strategy is to contribute by the economic crisis as well as provide stability in the economy.

**KEYWORDS:** Transference of Income. Latin America. Family Grant Program.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), aluna do Curso de Especialização em Direitos Sociais e Gestão dos Serviços Sociais da UFAL e Assistente Social do Instituto Federal de São Paulo (IFSP).

## 1 INTRODUÇÃO

Na América Latina, os denominados Programas de Transferência de Renda (PTR) ou Programas de Renda Mínima (PRM), vêm se constituindo ao longo dos anos 80/90 como a principal estratégia utilizada pelo governo no sentido de enfrentamento da pobreza e da miséria, mas, sobretudo, sendo determinado pelo ideário neoliberal com vistas ao enfrentamento da crise econômica, bem como à melhoria e desenvolvimento da competitividade internacional. No Brasil, o principal destaque é o Programa Bolsa Família, institucionalizado na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003.

Porém, com vistas a melhor compreendermos a pobreza vivenciada na América Latina, discutiremos no primeiro item uma análise da mesma no contexto latino-americano. Para tanto, nos apropriamos de alguns autores como Eduardo Galeano (1978) que destaca a exploração e dominação vivenciada desde o período de seu descobrimento (1492), que, por sua vez, contribuiu para a repercussão da pobreza nos países periféricos. Apropriamo-nos ainda de alguns documentos informativos da CEPAL (2013) como o *Panorama Social da América Latina*, com vistas a compreender os níveis de pobreza e indigência nas sociedades periféricas.

Em seguida, será explanado uma discussão acerca da implementação e disseminação dos PTR na América Latina, a exemplo da Argentina, Venezuela, Honduras, Equador e Brasil, além de alguns países europeus e até mesmo de primeiro mundo como na cidade de Nova York. De acordo com alguns autores, como Stein (2008) e Coggiola (2008), os objetivos de ação voltava-se ao enfrentamento da pobreza e da miséria, mas, sobretudo, pelo enfrentamento da crise econômica, vivenciada a partir dos anos de 1970 que repercutiu-se por diferentes países. Contudo, veremos que, conforme Behring (2003a), no Brasil, tal expansão vem contribuindo para o retrocesso da política de assistência social, que passa a ser pautada em ações paliativas, assistenciais, em detrimento do caráter de direito, sendo o exemplo mais notável o Programa Bolsa Família.

Assim, será realizada uma reflexão acerca do referido programa brasileiro. Veremos que o Programa Bolsa Família apesar de estar contribuindo para a melhoria das condições de vida da população no processo de redução da pobreza e da miséria, o mesmo não consegue eliminar a desigualdade social, pois o sistema capitalista de produção tem uma natureza de classe. Ademais, constitui-se como um programa paliativo, emergencial além de “eleitoreiro”, contribuindo pela reeleição do presidente Lula, em seu segundo mandato, bem como pela

vitória da presidente Dilma Rousseff em 2011. Logo, sua principal estratégia é contribuir para a redução dos efeitos da crise econômica, bem como proporcionar estabilidade na economia.

## 2 ANÁLISE DA POBREZA NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO

Desde o descobrimento da América Latina (1492), já se vivenciava o processo de exploração e dominação nesse continente, pois a ocupação espanhola e portuguesa, ao mesmo tempo em que fazia a propagação da fé cristã, fazia também o saque das riquezas nativas. Nesse período, muitos metais, a exemplo do ouro (encontrado principalmente em Minas Gerais, no Brasil) e da prata (em Potosí, na Bolívia) eram enviados aos países europeus, além da cana-de-açúcar, que também passaram a explorá-la. Assim, muitos índios eram submetidos a trabalhos forçados e outros vendidos como escravos (GALEANO, 1978).

Nesse período, o açúcar era tratado como um artigo de luxo, e, por sua vez, muito cobiçado pelas elites europeias. No caso brasileiro, até meados do século XVII, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar, assim tornava-se um dos principais compradores de escravos, tendo em vista que muitos índios se suicidavam, outros morriam diante da escravidão.

Segundo Galeano (1978), o financiamento do negócio açucareiro era realizado pelo capital holandês que trazia escravos e fazia as instalações, como exemplo nas Antilhas. Assim, as Antilhas ficaram condenadas ao mercado do açúcar até os dias atuais, tornando-se prisioneiros da monocultura, trazendo desemprego e pobreza. Porém, o açúcar proveniente da América Latina contribuiu pela grande acumulação de capital dos países europeus e, até mesmo, dos Estados Unidos.

Outros produtos explorados no Brasil foram: a borracha (para isso, utilizada a mão - de - obra nordestina), sementes de seringueira (que os ingleses roubavam e levava para a Ásia), além do cacau e do café (este último, sendo explorado no Brasil, mas principalmente na Venezuela). Nesse sentido,

[...] o subdesenvolvimento latino-americano é uma consequência do desenvolvimento alheio, que nós, latino-americanos, somos pobres porque é rico o solo que pisamos e que os lugares privilegiados pela natureza têm sido malditos pela

história. Nesse nosso mundo, mundo de centros poderosos e subúrbios submetidos, não há riqueza que não seja, no mínimo, suspeita (GALEANO, 1978, p. 187).

Dessa forma, desenvolviam-se os países desenvolvidos do contexto atual; em contrapartida, subdesenvolviam-se os subdesenvolvidos. Assim, o próprio sistema capitalista de produção tem multiplicado a fome, particularmente dos países periféricos latino-americanos. Logo, a riqueza continua concentrando-se nas mãos de poucos e a pobreza difundindo-se. Logo,

Para os que concebem a História como uma disputa, o atraso e a miséria da América Latina são o resultado de seu fracasso. Perdemos; outros ganharam. Mas acontece que aqueles que ganharam, ganharam graças ao que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento da América Latina integra, como já se disse, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos (id, 1978, p. 5-6)

Nesse sentido, conforme Netto (2012, p.217) a *“missão civilizatória” da burguesia realizou-se, ela mesma, por meios bárbaros* (grifo do autor). O desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie, verificável inclusive no tocante à destruição da natureza”.

Assim, no final dos anos quarenta, cria-se a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)<sup>2</sup>. Um organismo fundado pela ONU, tendo como objetivo pensar as razões para os problemas da América Latina, bem como buscar estabelecer estratégias para fortalecer as relações econômicas dos países da área como também com os países do mundo. Nessa mesma época também são criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

De acordo com a CEPAL, a desigualdade no continente latino-americano explicava-se pelo desenvolvimento desigual entre os países, pois

---

<sup>2</sup> A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e tem sua sede em Santiago, Chile. É uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU) e foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, bem como assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (CEPAL, 2013).

Os *países de centro* teriam vantagens nas relações de troca com as periferias, os países centrais apresentavam uma economia mais homogênea, com grande variedade de produção e de alta tecnologia. Já os países periféricos contavam com produtos desvalorizados, uma economia desigual, com poucas especialidades e baixas tecnologias. Por esta razão os produtos da periferia teriam um preço mais baixo o que acarreta em desvantagens nos termos de troca dos produtos gerando subordinação e atraso econômico da periferia (SILVEIRA; GUILMO, 2012, p. 4, grifo do autor).

Assim, a solução para tal problema seria, conforme a CEPAL, industrializar os países, criar novos mercados, substituir importações e criar novos setores produtivos. Para tanto, o Estado devia se responsabilizar, com vistas a desenvolver tais processos, buscando incentivar políticas públicas para o desenvolvimento econômico dos países periféricos. Logo, partia-se do pressuposto de que através do desenvolvimento das sociedades periféricas poderíamos chegar num capitalismo menos desigual. Porém, sem levar em consideração uma reflexão crítica, referente a exploração do trabalho, concentração da propriedade privada, concentração da renda e da riqueza nas mãos de poucos.

Nesse sentido, a partir da década de 60 houve uma grande efervescência intelectual, trazendo diversos debates a cerca da preocupação com o desenvolvimento dos países periféricos, tendo em vista a constatação de que as políticas propostas pela CEPAL para a América Latina, a qual se pautava no nacional-desenvolvimentismo, mostraram-se ineficientes para solucionar o subdesenvolvimento das sociedades periféricas. Assim, surgem autores como Ruy Mauro Marini<sup>3</sup>, formando a “Escola da Dependência”, com vistas a refletir sobre o desenvolvimento capitalista nos países de Terceiro Mundo.

Nesse âmbito, trazem ao debate intelectual a “Revolução” como alternativa para o desenvolvimento na periferia, defendendo a ideia de que a Revolução Socialista seria o caminho fundamental para se superar a situação de dependência, aludindo, então, à práxis social de Karl Marx.

Porém, com a crise do capital em meados da década de 70 os países latino-americanos passam a enfrentar severas crises de endividamento externo e inflacionária, entrando numa fase de estagnação e instabilidade econômica. Assim, desembocavam-se as crises econômicas, que, por sua vez, passavam a por em risco a estabilidade da economia. Logo, surgem os

---

<sup>3</sup> Para explicar o subdesenvolvimento na América Latina, Ruy Mauro Marini, em contraposição ao pensamento cepalino, aponta a superexploração do trabalho como fator que contribui para altos níveis da desigualdade de renda e conseqüentemente para a pobreza estrutural. (INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA, 2013).

mecanismos internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, propondo a expansão de Programas de Transferência de Renda (PTR) nos países da América Latina, com vistas a minimizar o problema da fome e da miséria, bem como para reduzir os efeitos das crises econômicas, próprias do modo de produção capitalista.

Com relação aos níveis de pobreza na América Latina, de acordo com documento informativo da CEPAL (2013), a partir do ano de 2002 vem se registrando diminuições tanto da pobreza quanto da pobreza extrema, ainda que essa última tenha se freado nos últimos anos, como mostra a tabela abaixo:

<b>América Latina: evolução da pobreza e da indigência, 1999-2013</b>					
ANO	Nº DE PESSOAS POBRES (MILHÕES)	DE	PORCENTAGEM	Nº DE PESSOAS INDIGENTES (MILHÕES)	PORCENTAGEM
1999	215		43,8 %	91	18,6%
2002	225		43,9 %	99	19,3%
2008	186		33,5 %	72	12,9%
2011	170		29,6 %	67	11,6%
2012	164		28,2 %	66	11,3%
2013	164		27,9 %	68	11,5%

Fonte: (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA, 2013. Estimativa correspondente a 18 países, mais Haiti. As cifras de 2013 correspondem a uma projeção).

Nesse contexto, podemos notar que, no final da década de 90, da população total da América Latina, 43,8% da população era pobre, correspondendo a 215 milhões de pessoas, enquanto a indigência ou pobreza extrema alcançava 18,6 %, ou 91 milhões de pessoas (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA, 2013). Porém, entre 2002 a 2012 (período de expansão dos PTR), tem-se registrado uma queda acumulada nos dois níveis, apresentando uma diminuição de 15,7 pontos percentuais entre pessoas pobres e 8 pontos percentuais entre pessoas indigentes, embora a pobreza extrema tenha se mantido sem variações apreciáveis entre 2011 e 2012 (com diminuição de 0,3 pontos percentuais). Assim, como podemos ver a América Latina ainda apresenta, aproximadamente, 164 milhões de

peças pobres, correspondendo a 27,9 % da população total e 68 milhões de pessoas indigentes, correspondendo a 11,5 % de toda a população (Ibid.).

Conforme o Panorama Social da América Latina, 2013, a pobreza se aborda por diversos pontos de vista, sobretudo por uma visão multidimensional. Na análise da pobreza, classificam-se como pobres todas as pessoas com necessidades básicas insatisfeitas, a exemplo: carência de água potável e saneamento, carência de energia elétrica, combustível para cozinhar, precariedade dos materiais de moradia, não frequência à escola, não alcance de uma escolaridade mínima, além da privação por renda.

Assim, no próximo item será explanada uma discussão acerca da implementação e disseminação dos PTR na América Latina, a exemplo da Argentina, Bolívia, Honduras, Equador e Brasil, além de alguns países europeus, tendo em vista a estratégia utilizada por diferentes países no processo de enfrentamento da pobreza e da extrema pobreza, bem como no enfrentamento da crise econômica e na busca da estabilidade da economia.

### 3 PTR NA AMÉRICA LATINA

Nos anos 80, a América Latina vivenciou, do ponto de vista econômico, um processo denominado de “década perdida”, posto que foi uma época de crise do capital, repercutindo em baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e altos níveis de desemprego estrutural, gerando assim um elevado índice de pobreza social. Dessa forma,

Iniciativas como o *Plan Trabajo* da Argentina, o *Bonosol* da Bolívia ou o Bolsa Família do Brasil, foram adotados por governos dos mais diversos signos políticos. As origens e modalidades políticas desses programas são muito diversas, em cada país, mas é indubitável que se trata de um fenômeno geral, possível de uma compreensão de conjunto. Esses programas têm sido tidos como responsáveis pela estabilidade dos regimes políticos da região [...] (COGGIOLA, 2008, p. 1, grifo do autor).

Esse contexto de reestruturação do capital implicou numa reforma da seguridade social, pois as políticas redistributivas, a exemplo da saúde e da assistência, foram paulatinamente regredindo os seus âmbitos de ação. Nessa direção, a ênfase recaiu sobre os

Programas de Transferência de Renda (PTR) que, segundo o discurso governamental, foram criados para erradicar a pobreza e a miséria. Todavia, o que se tem esperado pelo governo é o enfrentamento da crise e a garantia da estabilidade econômica do país.

Com relação aos primeiros programas nacionais de transferência de renda vigentes na América Latina, destacam-se: “em 1989, o *Programa Beca alimentaria* na Venezuela; em 1990, o *programa de Auxílio à Família* (PRAF) em Honduras; em 1997, o *programa de Educação, Saúde e Alimentação* – Progresa, no México; em 1998, o *Bono Solidario* no Equador”. (STEIN, 2008, p. 201).

No entanto, somente depois da experiência mexicana, viabilizada pela implementação do “Programa Oportunidades” no México, em 1997, os demais países da região passaram a adotar medidas semelhantes. Nessa perspectiva, esses países foram influenciados pela retórica neoliberal e orientados pelos princípios estabelecidos no *Consenso de Washington*, buscando tanto a estabilização macroeconômica quanto uma melhor competitividade internacional.

Assim, a experiência mexicana foi alvo tanto do Banco Mundial quanto do BID, uma vez que estas organizações passaram a recomendar a expansão dos PTR para vários países, buscando-se o enfrentamento da pobreza e da pobreza extrema, no campo da proteção social não contributiva, bem como o desenvolvimento social como potencializador do desenvolvimento econômico. Os países que se destacaram nesse processo foram, conforme Stein (2008, p. 202, grifo do autor):

Nicarágua - *Red de protección Social* (2000); Costa Rica - *Superémonos* (2000) ; Colômbia - *Família en Acción* (2001); Brasil - *Bolsa Escola* ( 2001) e *Bolsa Família* (2003); Argentina - *Jefes de Hogar* (2002), Chile - *Chile Solidario* (2002), Jamaica - *Programa para El Progreso por médiode Salud y Educación* (2002); Peru - *programa Juntos* (2005); El Salvador - *Red Solidaria* ( 2005); Paraguai - *Tekoporã* ( na língua guarani significa bem - estar ) (2005); Uruguai - *Ingreso Ciudadano* (2005);República Dominicana - *Programa Solidaridad* ( 2005); Panamá - *Red de Oportunidades* ( 2005); Bolívia - *Bono Escolar “Juancito Pinto”* ( 2006).

Vale frisar que os programas supracitados, embora possuam distintos modelos e experiências, apresentam pontos em comum, pois são programas que se destinam às famílias pobres e o direito à bolsa é determinado pela situação da renda familiar do beneficiário. Os objetivos centrais de implementação dos referidos PTR, conforme Ozanira (2013), vincula-se com a situação de pobreza, extrema pobreza ou vulnerabilidade, bem como à exclusão social

dos beneficiários. Dessa forma, situam-se também numa estratégia de enfrentamento à pobreza, como provisão de mínimos de renda, alimentos e oferta de serviços, mas com destaque para saúde, educação, qualificação profissional e oportunidades de trabalho. Porém, alguns programas são específicos nos objetivos por se direcionar a determinados públicos-alvos, como exemplo: crianças (*Programa Avancemos*, implementado na Costa Rica, em 2000, buscando a prevenção do abandono escolar na fase primária) e populações rurais (*Progresas* criado em 1997 no México, contudo, ampliado em 2001 para “Oportunidades” destinado também as populações urbanas, ampliando os subsídios de ação para cobrir a escola secundária).

É importante frisar que em meados dos anos 80 os PTR estenderam seu raio de ação para os países europeus, extrapolando dessa maneira o território dos países periféricos. Nesse sentido, países como Dinamarca, Suécia, Áustria, Finlândia, Reino Unido, Alemanha e Holanda, também passaram a adotar essas experiências, tendo em vista enfrentar a crise econômica.

Nessa perspectiva, a crise econômica, a partir dos anos de 1970, impulsionou a implementação de medidas assistenciais e emergenciais, que, por sua vez, caracterizaram-se “pela convergência de dois direitos: o direito a renda – segurança econômica e de apoio público para facilitar a inserção laboral dos beneficiários” (STEIN, 2008, p. 198).

Nessa mesma vertente, Coggiola (2008) salienta que esses programas sociais passaram a ter grande relevância, tanto é que estão se disseminando internacionalmente, como são os casos da Índia, da China e da Rússia. Nessa corrida expansionista, os PTR estão sendo implementados em países de primeiro mundo, como exemplo na cidade de Nova York, onde foi adotado um programa semelhante ao Bolsa Família do Brasil, com vistas a minimizar os problemas relativos à miséria e à pobreza, bem como contribuir para a estabilidade macroeconômica e, conseqüentemente, melhorar a competitividade entre os países da região.

Nessa direção, podemos salientar que os PTR estão ganhando “notoriedade” em várias partes do globo, tanto na América Latina quanto em países de capitalismo central, e, por sua vez, estão proporcionando prestígios aos governantes, tendo em vista o atendimento às leis do mercado e da segurança econômica.

No que se refere aos primeiros PTR implementados no Brasil, de acordo com Silva (et.al, 2008), tal implementação se deu através da criação do Projeto de Lei nº 80/91, do senador Eduardo Suplicy, que instituiu o denominado Programa de Garantia de Renda

Mínima (PGRM). Neste início de década, o Brasil também vivenciava uma grande crise recessiva, caracterizada por uma inflação crescente, bem como por problemas decorrentes do endividamento externo. Assim, os estudos que analisam a conjuntura da época revelam que o país estava preocupado com o estabelecimento de estratégias político-econômicas, com vistas a proporcionar um maior crescimento econômico. Porém, também se salienta que em princípio os seus objetivos se propunham a atender as necessidades básicas dos indivíduos mais carentes, bem como possibilitar às crianças e adolescentes, o acesso e permanência no ensino escolar que, por sua vez, já eram metas estabelecidas em países como Honduras e Equador.

No ano de 2003, com a ascensão de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República, os programas sociais criados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a exemplo: Bolsa Alimentação, Bolsa Escola, Cartão Alimentação e Vale Gás, passaram a ser unificados em apenas um: o atual Bolsa Família<sup>4</sup>, em que suas características assemelham-se com o programa mexicano, tendo em vista alguns objetivos em comum: gerar a intersetorialidade e complementariedade entre políticas, como também combater a fome.

Nesse sentido, se expandem de forma assustadora os programas compensatórios que, embora sejam importantes para a melhoria da qualidade de vida da população, não conseguem superar a desigualdade social nem a concentração de renda, tendo em vista o sistema capitalista possuir uma natureza de antagonismo de classe.

Nessa mesma lógica, Behring (2003b) ressalta em seu texto denominado *Capitalismo Contemporâneo e Estado*, a seguinte assertiva:

Não é possível interferir neste curso apenas pela implementação de políticas racionais localizadas e *ad hoc*, ainda que elas sejam necessárias. Uma lógica que é global só pode ser enfrentada globalmente, motivo pelo qual movimentos de cunho internacional, a exemplo do Fórum Social Mundial, dentre outros, são esperanças importantes (BEHRING, 2003b, p. 72, grifo do autor).

---

<sup>4</sup> No âmbito de ação desses programas, cabe também ressaltar a atenção concedida ao atendimento à mulher, no processo de recebimento dos benefícios. Tal atenção deve-se à orientação da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que difunde a concepção de que “A mulher [é] a receptora direta das transferências nos referidos programas, a elas se lhes permite modificar seu papel passivo ou subordinado dentro da família, passando a tomar decisões sobre a utilização dos recursos e gastos, provocando maior reconhecimento no seu papel na família, e em consequência, eleva sua auto-estima e autoconfiança (Comissão Econômica da América Latina *apud* STEIN, 2008, p. 212).

Nesta mesma linha de raciocínio, vale trazer as ideias de Mészáros (2009), quando o autor afirma que “apenas uma mudança radical e extraparlamentar reorientada radicalmente à estrutura econômica poderá ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital e sua lógica destrutiva” (p.16).

Com relação ao contexto brasileiro no que se refere à centralidade que a sociedade civil vem tendo no agenciamento dos serviços sociais, em detrimento da retração do Estado, Behring (2003a) ressalta que

Este apelo ao “terceiro setor” ou à “sociedade civil” configura-se como um verdadeiro retrocesso histórico. Trata-se do que Yasbek (1993) denomina refilantropização da assistência social, que implica uma precipitada volta ao passado sem esgotar as possibilidades da política pública, sobretudo a de assistência social, na sua formatação constitucional (BEHRING, 2003a, p. 107).

Nesse âmbito, pode-se constatar que até mesmo a política de assistência social brasileira, implementada com a seguridade social de 1988, sendo concebida como um direito do cidadão e um dever do Estado, com a retórica neoliberal, articulada à crise do capital, passa a ficar pautada em ações paliativas e assistenciais, solidificando tais ações nos PTR, sendo o exemplo mais notável, no Brasil, o Programa Bolsa Família.

Em linhas gerais, podemos notar que, a crise econômica, vigente no contexto do capitalismo contemporâneo, impulsionou a implementação dos PTR na América Latina com vistas a minimizar os problemas relativos à miséria e à pobreza, bem como contribuir pela estabilidade macroeconômica da região. Tal relevância, como foi mencionado anteriormente, contribuiu ainda pela disseminação dos PTR em alguns países europeus e até mesmo de primeiro mundo como exemplo na cidade de Nova York, extrapolando, desse modo, o território dos países periféricos, a fim de também reduzir os impactos da crise econômica dos anos 70 e contribuir pela redução da pobreza e da miséria, bem como para a estabilidade da economia. Todavia, tais programas vêm contribuindo pelo retrocesso da política de assistência social, que volta a ser pautada em ações paliativas, emergenciais, assistenciais.

No caso brasileiro, tem-se como principal exemplo, o Programa Bolsa Família implementado em 2003 na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Assim, no próximo item será realizada uma reflexão sobre o referido programa, destacando sua estratégia de implementação.

#### 4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ALGUMAS REFLEXÕES

O Programa Bolsa Família brasileiro foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, no âmbito do primeiro mandato da gestão de Lula. Desse modo, este programa social se constituiu a resultante de uma proposta do Governo Federal, no sentido de unificar quatro programas específicos de transferências de renda, criados pelo governo de FHC, os quais foram o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e o Cartão Alimentação.

Sobre a gerência deste programa, Coggiola (2008, p. 7) ressalta que

As ações do governo Lula contra a fome envolveram o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça, e a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial, além do Ministério da Fazenda. Ou seja, foi uma política que envolveu e subordinou todas as áreas do governo, sendo considerada como eixo da sua estabilidade política.

Em face deste quadro, percebemos que a lógica do capitalismo monopolista vem reconfigurando o perfil das políticas sociais, as quais passaram a abranger todas as áreas do governo, tendo em vista minimizar os efeitos da fome e da miséria, bem como garantir uma maior lucratividade para o setor financeiro.

Quanto ao acesso aos benefícios concedido pelo Programa Bolsa Família brasileiro, apenas poderão tê-lo aquelas pessoas que estejam numa condição de pobre ou de extrema pobreza, sendo considerado extremamente pobre àquelas famílias que recebem uma renda per capita de até R\$ 70,00 mensais e na condição de pobre àquelas que recebem uma renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 mensais (BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social E Combate A Fome , 2014).

Porém, existem 3 tipos aplicados ao benefício Bolsa Família: o Básico: destinado à famílias de extrema pobreza, independente da composição ou número de membros na família, um valor de R\$ 70,00 mensais, o Variável: destinado à famílias pobres ou de extrema pobreza com pessoas gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos, que, por sua vez, destina-se um valor de R\$ 32,00 sendo limitados, nesse caso, a 5 (cinco) benefícios por família, podendo receber até R\$ 160,00, porém todos os integrantes devem ser registrados no

Cadastro Único. No caso do benefício variável vinculado ao adolescente, entre 16 e 17 anos, destina-se um valor de R\$ 38,00, tendo a possibilidade de acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 76,00 (Ibid.).

Assim, os valores recebidos pelas famílias podem variar entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00 sendo o Cadastro Único um banco de dados amplo que dá acesso a outros programas e políticas sociais do Governo Federal, não, necessariamente, apenas ao Programa Bolsa Família. Porém, somente a inscrição no Cadastro Único não garante a entrada da família no referido programa, pois ele possibilita a entrada de famílias com uma renda maior que àquela definida para ter acesso ao PBF. Contudo, ao se inscrever, a família pode ter acesso a uma série de programas sociais que usam os dados do Cadastro, como por exemplo: o Pronatec, o Minha Casa Minha Vida, a Tarifa Social de Energia, a Carteira do Idoso, as Cisternas, entre outros. A seleção e o atendimento da família por esses programas ocorrem de acordo com os critérios e procedimentos de cada um deles (ibid., 2014).

Porém, para que a família permaneça no programa algumas condicionalidades são impostas, por exemplo: acesso à escola, à saúde, à alimentação, bem como aos serviços de assistência social. A Caixa Econômica Federal é o órgão responsável pelo pagamento do referido programa e “pelo envio dos cartões para as famílias e pela geração do Número de Identificação Social (NIS), que é gerado a partir do cadastro único” (BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social E Combate A Fome, 2008, p. 21).

Além disso, os compromissos devem ser assumidos tanto pelas famílias beneficiárias quanto pelo poder público no sentido de ampliar o acesso aos direitos sociais básicos. Na área da saúde as famílias devem assumir o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação das crianças menores de 7 anos, bem como acompanhar seu desenvolvimento e crescimento. No caso de mulheres gestantes, deve-se realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem está matriculados, sendo exigido uma frequência mínima de 85 % da carga horária. Já os adolescentes entre 16 e 17 anos devem ter uma frequência mínima de 75% (id., 2014).

Vale registrar ainda que, os programas sociais “focalizados” do Brasil, como o Bolsa Escola, o Fome Zero e o Bolsa Família, foram também a garantia da base eleitoral governista, uma vez que contribuíram para a vitória do presidente Lula, em seu segundo mandato, o qual venceu com uma diferença de mais de 20 milhões de votos. Isso, pode ser evidenciado na seguinte assertiva:

Já se tornou lugar comum afirmar que os programas sociais “focalizados” do Brasil (Bolsa Escola, Bolsa Família, *Fome Zero*) foram, especialmente no Norte-Nordeste, a garantia da base eleitoral que permitiu ao presidente Luiz Inácio *Lula* da Silva vencer com folga (mais de 20 milhões de votos de vantagem) o segundo turno das eleições de 2006, abrindo-lhe o caminho para um segundo mandato (2007-2010). No ano imediato anterior à reeleição de Lula, o índice de pobreza do país caiu de 30,5% para 26,9%, uma redução de 3,5% (ou 6,5 milhões de pessoas), o menor índice desde 1997. (COGGIOLA, 2008, p.02).

Nesse sentido, o seu maior número de eleitores se localizava nos municípios menos desenvolvidos do Brasil, e, por sua vez, eram favorecidos pelo Programa Bolsa Família. Assim, foi constatado, segundo o autor supracitado, que no segundo turno de 2006, somente em Pernambuco, 82% dos que recebiam o programa Bolsa Família votaram no presidente, e no Ceará, 75 % (Ibid.). Assim,

Os pobres basicamente teriam reconduzido Lula à presidência da República: apenas 11% de seus eleitores ganham mais de cinco salários mínimos por mês (aproximadamente 800 dólares). Dos cidadãos que recebem até dois salários mínimos, 56 % votaram nele. [...] Em 2006, apenas 6% dos eleitores de Lula tinham curso superior [...]. Subjaz a idéia de que a manipulação financeira e política, de uma massa “excluída” através de programas sociais focalizados, seria suficiente para garantir a estabilidade de um governo (Ibid., p. 02).

Desse modo, podemos afirmar que, o Estado dominado pelo sistema capitalista reveste-se de um cariz assistencialista, desenvolvendo, dessa forma, uma precária efetivação das políticas sociais públicas, as quais passam a se pautar em ações focalizadas, e paliativas como o Bolsa Família, e, por sua vez, assumem um perfil de base eleitoreira, abrindo caminho para um segundo mandato do governo Lula (2007-2010).

No que se refere aos gastos com o referido programa, de acordo com Silva et al (2008), somente no ano de 2003 (início do primeiro mandato do governo Lula) foi investido um valor de 4,3 bilhões de reais no programa, atendendo a 3,6 milhões de famílias. Em dezembro de 2005, o número de famílias atendidas passou para 8,7 milhões, com um investimento de 6,5 bilhões de reais. Em 2009, o mesmo programa chegou a atender mais de 11 milhões de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e os gastos chegaram a quase 12 bilhões de reais. Em 2012, no governo Dilma Rouseff, os recursos aplicados pelo governo no programa Bolsa Família chegou a atingir R\$ 20 bilhões, atendendo a um universo de 50 milhões de pessoas, conseguindo reduzir em 89 % a extrema pobreza no país (ESTADÃO NOTÍCIAS, 2013). Já em 2013 os valores gastos chegaram a 20,6 bilhões de

reais, para mais de 50 milhões de pessoas. Para 2014 (último ano do governo Dilma), já se prevê um orçamento de 25,2 bilhões de reais, visando incluir outras 500 mil famílias (cerca de 1,8 milhões de pessoas a mais que 2013). (BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social E Combate A Fome, 2014).

Porém, é oportuno registrar que, de acordo com Boschetti (2012), o governo Lula utilizando-se das medidas anticrise, para as políticas sociais, conseguiu reduzir a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), que era de 60,4% em relação ao PIB em 2002 (final do governo FHC), para 36,5%, no final de 2011. Porém, de acordo com a autora, a redução da dívida pública não significa, necessariamente, melhor redistribuição do orçamento público, pois, somente “em 2011 o governo cortou R\$ 50 bilhões do orçamento e em 2012 anunciou um corte de R\$ 55 bilhões, sendo R\$ 5,47 bilhões na área da saúde e 1,3 bilhão na educação (BOSCHETTI, 2012, p.39).

Com relação ao orçamento geral da união de 2011,

foram utilizados 45 % dos recursos do orçamento somente para pagamento dos juros da dívida (R\$ 708 bilhões de reais ou US\$ 406 bilhões de dólares). Por outro lado, foram destinados apenas 4,07% para a saúde, 2,99 % para a educação, 2,85% para a assistência social, 2,29% para políticas de trabalho, 0,12 % para a reforma agrária e 0,41 % para a segurança pública. (BOSCHETTI, 2012, p.39).

Nesse âmbito, constata-se que, o governo utiliza-se de recursos das políticas sociais para efetuar o pagamento de uma odiosa crise , nos termos de Chesnais (2011), que, por sua vez, é a prioridade da política macroeconômica governamental. Além disso, o governo federal retira cerca de 20%, anualmente, das receitas advindas das contribuições sociais para geração de superávit primário e pagamento dos juros da dívida através da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Desse modo, as referidas políticas submetem-se às regras do mercado bem como do sistema financeiro internacional.

Assim, de acordo com a referida autora,

O investimento em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliado a manutenção do desemprego estrutural e ao não investimentos em políticas universais, longe de indicar um novo modelo de desenvolvimento social, é uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo. A forte tendência imperante na América Latina e Caribe de adotar os programas de transferência de renda nada mais é do que uma forma de minorar a pobreza e indigência, absolutamente necessária para reprodução das relações capitalistas. Longe está, portanto, de constituir um novo modelo de desenvolvimento social (Id., 2012,p.54).

Evidencia-se também que, o Programa Bolsa Família brasileiro passou a ser utilizado como critério para amortecer os conflitos sociais, pois o número de famílias que invadiram terras caiu de 65.552, em 2003 para 44.364 em 2006, correspondendo a uma queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem terra acampadas caiu de 59.082 para 10.259, uma diminuição de 82,6% (COGGIOLA, 2008).

Além disso, o programa supracitado, decorrente das propostas do Banco Mundial, muito beneficiou ao capital financeiro. Isto fica notório a partir da seguinte constatação:

A política geral beneficiou o grande capital, com um incremento notável da mais valia extraída dos trabalhadores, beneficiando o capital no seu conjunto. O faturamento real (descontada a inflação) das empresas brasileiras cresceu 41 % de 2000 para 2007. O comércio foi o setor que mais evoluiu no período, com expansão de 51,9% no faturamento. A indústria verificou alta de 43, 2%; os serviços de 30,4%. As empresas da Bolsa de Valores dobraram seu lucro desde 2003 (COGGIOLA, 2008, p. 39).

Assim, podemos constatar que, o governo utiliza-se dos PTR, a exemplo do Bolsa Família, a fim de tornar-se “mínimo” para a área social e “máximo” para o capital, pois, como vimos anteriormente, o grande beneficiário da política econômica foi o capital financeiro que, por sua vez, se sobrepõe a área social.

Porém, cabe registrar alguns estudos que estão sendo realizados no sentido de identificar os impactos do Programa Bolsa Família na vida dos seus beneficiários, principalmente das mulheres titulares do benefício. Assim, alguns autores como Rego e Pinzani (2013) tecem uma análise, não nas melhorias econômicas, mas apenas nas supostas conquistas obtidas por milhares de mulheres na sociedade brasileira, seja no âmbito da autonomia, da moral, econômica e/ou política, a partir do momento que passaram a contar com o recurso monetário do referido programa.

Para a identificação de tal impacto foi realizada uma pesquisa pelos autores supracitados, durante cinco anos desde 2006 a 2011, tentando captar as possíveis mudanças morais e políticas ocorridas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família. A escolha dos espaços geográficos se deu, sobretudo, entre os lugares mais carentes de serviços públicos como: escolas, hospitais e centros de reunião, onde a circulação de dinheiro também é escassa: sertão de Alagoas e certas partes de seu litoral, Vale do Jequitinhonha (MG), interior do Maranhão e Piauí, bem como periferias de São Luís e Recife, regiões mais desassistidas pelo Estado brasileiro, onde mais de 150 mulheres foram entrevistadas.

Após cinco anos de entrevistas, de acordo com Rego e Pinzani (2013), pode-se constatar que os beneficiários do programa passaram a ter certo grau de liberdade e autonomia, tendo em vista a liberdade de escolha no que se refere a forma de empregar o dinheiro, além de ganhar dignidade, pois tornavam-se pessoas confiáveis, perante os demais membros da comunidade.

Assim, houve grande aprovação do Programa por parte das beneficiárias, pois passaram a ter mais liberdade na realização de suas compras, porém não deixaram de ressaltar a insuficiência da renda recebida para que pudessem obter melhorias em suas vidas, bem como ganhar mais liberdade na escolha dos bens de consumo.

Desse modo, de acordo com Rego e Pinzani (2013), a renda monetária concedida pelo Estado para as famílias pobres, como exemplo do Programa Bolsa Família, pode também criar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, possibilitando-lhes autonomização em suas vidas, tendo em vista que o referido programa representa, muitas vezes, o único rendimento monetário percebido.

Porém, tendo em vista os aspectos mencionados anteriormente, podemos notar que, o referido programa, embora contribua para reduzir os níveis da pobreza e da miséria, não emancipa essas mulheres, somente ajuda a controlar o ciclo reprodutivo da pobreza, pois passam a ter apenas liberdade para comprar e não para se tornarem seres sociais, realmente emancipado. Além disso, o mesmo não consegue eliminar a desigualdade social, pois o sistema capitalista de produção tem uma natureza classista. Assim, o Programa Bolsa Família, constitui-se como um programa paliativo, emergencial e “eleitoreiro”, contribuindo pela reeleição do presidente Lula em seu segundo mandato (2007), bem como pela vitória de Dilma em 2011. Ademais, utiliza-se o programa como estratégia para reduzir os conflitos sociais, minimizar os efeitos da crise econômica, bem como para contribuição pela estabilidade no setor financeiro.

## 5 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, o que se torna evidente pela perspectiva adotada é que os PTR vêm se constituindo ao longo dos anos 80/90 como o principal mecanismo utilizado pelos países da América Latina, bem como de alguns países da Europa no sentido de enfrentamento da pobreza e da miséria, mas, sobretudo, com vistas ao enfrentamento da crise do capital que começou nos anos 70 e continua vigorando até os dias atuais.

No que se refere a miséria e o atraso vivenciada pelo contexto Latino- americano, constatamos que, a história do subdesenvolvimento da América Latina integra o desenvolvimento do capitalismo mundial, tendo em vista a grande dominação e exploração vivenciada no continente desde seu descobrimento, contribuindo pela sua repercussão até mesmo na sociedade contemporânea.

Assim, nos anos de 1940 alguns mecanismos foram criados no sentido de pensar os problemas na América Latina, como exemplo a CEPAL. O objetivo era fortalecer as relações econômicas entre os países da região e do mundo. Nesse mesmo período foram criados o FMI e o Banco Mundial.

Nesse sentido, impulsionava-se a implementação dos PTR no continente latino-americano, com vistas a minimizar os problemas relativos à miséria e à pobreza, bem como contribuir pela estabilidade macroeconômica da região. Desse modo, nos anos 2000, expandem-se de forma assustadora os PTR para diferentes países do continente, bem como para alguns países da Europa. No Brasil, como foi possível evidenciar, o destaque refere-se ao Programa Bolsa Família, implementado em 2003, na gestão do presidente Lula.

Todavia, foi possível constatar que, embora o supracitado programa esteja contribuindo pela melhoria das condições de vida da população brasileira, o mesmo não consegue erradicar a pobreza, nem a desigualdade social, mas apenas minimizá-la nos seus efeitos imediatos, tendo em vista que o sistema vigente tem uma natureza de classe. Ademais deste aspecto, constitui-se como um programa paliativo, emergencial e “eleitoreiro”, pois, contribuiu pela reeleição do presidente Lula em seu segundo mandato (2007-2010). Logo, sua principal estratégia de implementação, como podemos evidenciar, volta-se na estabilidade da economia, a fim de tornar-se “mínimo” para a área social e “máximo” para o capital, pois o grande beneficiário da política econômica é o capital financeiro que, por sua vez, se sobrepõe a área social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Governo e Sociedade Trabalhando Juntos. Brasília: 2008.

BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, Política Social e Pobreza: “novo” modelo de desenvolvimento? In SALVADOR, Evilásio et al. (Org.). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti. Contra-reforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, a. 24, n. 73, 2003a, p.101-116.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Contemporâneo e Estado**. São Paulo: Cortez, 2003b. p. 31-75.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA. **Panorama Social da América Latina**. 2013. Disponível em “< [www.cepal.org](http://www.cepal.org)>. Acesso em: 05 fev. 2014.

COGGIOLA, Osvaldo. **Fome, Pobreza e Programas Sociais Focalizados**. Palestra proferida no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS), em 23-08-2008.

ESTADÃO NOTÍCIAS. Disponível em: < [www.estadao.com.br/noticias/nacional/em-2013-bolsa-familia-terra-quase-r-4-bilhoes-a-mais-que-no-ano-passado](http://www.estadao.com.br/noticias/nacional/em-2013-bolsa-familia-terra-quase-r-4-bilhoes-a-mais-que-no-ano-passado)>. Acesso em: 18 nov. 2013.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: < [www.repositori.ipea.gov.br](http://www.repositori.ipea.gov.br)>. Acesso em: 20 jan. 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério De Desenvolvimento Social E Combate A Fome. Disponívem em: <[www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)>. Acesso em 15 fev. 2014.

PAULO NETTO, J. Capitalismo e Barbárie Contemporânea. **Argumentarum**, Vitória, v.4, n1, p. 202-222, jan./jun.2012.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, Dinheiro e Autonomia O caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho**. n. 38, p.21-42, abr., 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. **A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 93-141.

\_\_\_\_\_. Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina. **Rev. Políticas Públicas**. São Luís, v.13, n.2, p.157-159, jul./dez.2009.

\_\_\_\_\_. Panorama Geral dos Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2013, Cidade Universitária da UFMA, São Luís/Maranhão. **Anais eletrônicos**. São Luís / Maranhão, 2013.

SILVEIRA, L.C; GUILMO, N.S. Ruy Mauro Marine: Repensando a Democracia latino-americana. In: VI ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE & PRÉ – ALAS BRASIL. 2012. **Anais eletrônicos**. Terezina, PI, 2012.

STEIN, Rosa Helena. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BEHRING et al. **Estado e Política Social: tendências contemporâneas**. São Paulo. Cortez, 2008, p. 196- 216.